



INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 3ª (TERCEIRA) EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM SÉRIE ÚNICA, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, COM ESFORÇOS RESTRITOS DE COLOCAÇÃO, DA EMPRESA AMAZONENSE DE TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A.

Pelo presente instrumento particular, como emissora,

(a) **EMPRESA AMAZONENSE DE TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A.**, sociedade por ações, sem registro de companhia aberta perante a Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Tenente Negrão, nº 166, 6º andar, Sala A, Bairro do Itaim Bibi, CEP 04530-030, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 04.416.935/0001-04, com seus atos constitutivos devidamente arquivados na Junta Comercial do Estado de São Paulo sob o NIRE nº 35.300.184.726, neste ato representada na forma de seu estatuto social ("Emissora");

e, como agente fiduciário representando a comunhão dos titulares das debêntures da 3ª (terceira) emissão pública de debêntures da Emissora ("Debenturistas" e, individualmente, "Debenturista"),

(b) **OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**, sociedade por ações, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 500, bloco 13, grupo 205, Barra da Tijuca, CEP 22640-100, inscrita no CNPJ/MF sob nº 36.113.876/0001-91, neste ato representada na forma do seu estatuto social ("Agente Fiduciário");

vêm por esta e na melhor forma de direito firmar o presente "Instrumento Particular de Escritura da 3ª (terceira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Colocação, da Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A." (respectivamente, "Escritura de Emissão", "Emissão" e "Debêntures"), que será regido pelas seguintes cláusulas e condições:



Cláusula Primeira – DA AUTORIZAÇÃO

1.1. A presente Escritura de Emissão é celebrada de acordo com a autorização da Assembleia Geral Extraordinária da Emissora, realizada em 19 de fevereiro de 2014 ("AGE") na qual foram deliberadas as condições da Emissão, conforme disposto no artigo 59 da Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações").

Cláusula Segunda – DOS REQUISITOS

A emissão das Debêntures será feita com observância dos seguintes requisitos:

2.1. Dispensa de Registro na CVM e na ANBIMA – Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais

2.1.1. A distribuição pública das Debêntures objeto da presente Emissão será realizada nos termos da Instrução CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada ("Instrução CVM 476") e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis, estando, portanto, automaticamente dispensada do registro de distribuição perante a CVM de que trata o artigo 19 da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976 ("Oferta Restrita").

2.1.2. A Oferta Restrita está automaticamente dispensada de registro na Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais - ANBIMA ("ANBIMA"), nos termos do artigo 1º, parágrafo 1º, inciso I do Código de Regulação e Melhores Práticas para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários de 03 de fevereiro de 2014 ("Código ANBIMA"). Não obstante, a Oferta Restrita será registrada perante a ANBIMA exclusivamente para envio de informações para a base de dados da ANBIMA, nos termos do artigo 1º, parágrafo 2º do Código ANBIMA, desde que expedidas as diretrizes específicas nesse sentido pelo Conselho de Regulação e Melhores Práticas da ANBIMA.



2.2. Arquivamento na Junta Comercial do Estado de São Paulo e Publicação da Ata da AGE

A ata da AGE que deliberou a Emissão será arquivada na Junta Comercial do Estado de São Paulo ("JUCESP") e será publicada no (i) Diário Oficial do Estado de São Paulo; e (ii) jornal "Valor Econômico", de acordo com o artigo 62, inciso I, da Lei das Sociedades por Ações.

2.3. Registro da Escritura de Emissão

A Escritura de Emissão e eventuais aditamentos serão registrados na JUCESP, de acordo com o artigo 62, inciso II, da Lei das Sociedades por Ações.

2.4. Registro para Colocação

2.4.1. As Debêntures serão registradas para (a) distribuição no mercado primário por meio do MDA – Módulo de Distribuição de Ativos ("MDA"), administrado e operacionalizado pela CETIP S.A. – Mercados Organizados ("CETIP"), sendo a distribuição liquidada financeiramente por meio da CETIP; e (b) negociação no mercado secundário por meio do Módulo CETIP21 - Títulos e Valores Mobiliários ("CETIP21"), administrado e operacionalizado pela CETIP, sendo as negociações liquidadas financeiramente e as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP.

2.4.2. Não obstante o disposto na alínea (b) do item 2.4.1 acima, as Debêntures somente poderão ser negociadas entre Investidores Qualificados (conforme abaixo definido), nos mercados regulamentados de valores mobiliários e depois de decorridos 90 (noventa) dias corridos de sua subscrição por Investidores Qualificados (conforme abaixo definido), conforme disposto nos artigos 13 a 15 da Instrução CVM 476 e, uma vez verificado o cumprimento, pela Emissora, de suas obrigações previstas no artigo 17 da Instrução CVM 476, sendo que a negociação das Debêntures deverá sempre respeitar as disposições legais e regulamentares aplicáveis.



2.5. Objeto Social da Emissora

Nos termos de seu estatuto social, constitui objeto social da Emissora (i) a prestação de serviços de planejamento, implantação, construção, operação e manutenção de instalações de transmissão de energia elétrica, incluindo os serviços de apoio e administrativos, programações, medições e demais serviços necessários à transmissão de energia elétrica; (ii) a cobrança de tarifas ou taxas correspondentes a transmissão da energia elétrica através da referida linha de transmissão; e (iii) a participação em outras sociedades ou empreendimentos na qualidade de cotistas ou acionistas, parceiro de *joint venture* ou membro de consórcio.

Cláusula Terceira – DAS CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO

3.1. Número de Séries

A Emissão será realizada em série única.

3.2. Valor Total da Emissão

O valor total da Emissão será de R\$270.000.000,00 (duzentos e setenta milhões de reais) na Data de Emissão, conforme abaixo definida ("Valor Total da Emissão").

3.3. Quantidade de Debêntures

Serão emitidas 27.000 (vinte e sete mil) Debêntures.

3.4. Destinação de Recursos

Os recursos obtidos por meio da Emissão serão destinados exclusivamente para: (i) pré-pagamento da "1ª (Primeira) Emissão de Notas Promissórias Comerciais, em Série Única, Para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação da Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S/A, nos termos da Instrução CVM n.º 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada"; e (ii) reforço do capital de giro da Emissora.



Cláusula Quarta – DAS CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES

4.1. Colocação e Plano de Distribuição

4.1.1. As Debêntures serão objeto de distribuição pública com esforços restritos de colocação, sob regime de garantia firme de colocação para a totalidade das Debêntures, nos termos do "Instrumento Particular de Contrato de Coordenação, Colocação e Distribuição Pública, com Esforços Restritos, da 3ª (Terceira) Emissão de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária da Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A." ("Contrato de Distribuição"), a ser celebrado entre a Emissora e determinada instituição financeira integrante do sistema brasileiro de distribuição de valores mobiliários ("Coordenador Líder").

4.1.2. O plano de distribuição seguirá o procedimento descrito na Instrução CVM 476 ("Plano de Distribuição"). Para tanto, o Coordenador Líder poderá acessar no máximo 50 (cinquenta) Investidores Qualificados (conforme abaixo definido), sendo possível a subscrição das Debêntures por, no máximo, 20 (vinte) Investidores Qualificados, conforme abaixo definidos.

4.1.3. O público alvo da Oferta Restrita serão investidores qualificados, assim definidos nos termos do artigo 109 da Instrução CVM nº 409, de 18 de agosto de 2004, conforme alterada, observado ainda o disposto no artigo 4º da Instrução CVM 476 ("Investidores Qualificados").

4.1.3.1. Nos termos da Instrução CVM 476 e para fins da Oferta Restrita descrita no presente item, (i) todos os fundos de investimento serão considerados Investidores Qualificados, ainda que se destinem a investidores não qualificados; e (ii) as pessoas naturais e jurídicas consideradas Investidores Qualificados deverão subscrever ou adquirir, no âmbito da Oferta Restrita, Debêntures no montante mínimo de R\$1.000.000,00 (um milhão de reais).

4.1.4. A colocação das Debêntures será realizada de acordo com os procedimentos do MDA, administrado e operacionalizado pela CETIP, e com o



Cláusula Quarta – DAS CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES

4.1. Colocação e Plano de Distribuição

4.1.1. As Debêntures serão objeto de distribuição pública com esforços restritos de colocação, sob regime de garantia firme de colocação para a totalidade das Debêntures, nos termos do “Instrumento Particular de Contrato de Coordenação, Colocação e Distribuição Pública, com Esforços Restritos, da 3ª (Terceira) Emissão de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária da Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A.” (“Contrato de Distribuição”), a ser celebrado entre a Emissora e determinada instituição financeira integrante do sistema brasileiro de distribuição de valores mobiliários (“Coordenador Líder”).

4.1.2. O plano de distribuição seguirá o procedimento descrito na Instrução CVM 476 (“Plano de Distribuição”). Para tanto, o Coordenador Líder poderá acessar no máximo 50 (cinquenta) Investidores Qualificados (conforme abaixo definido), sendo possível a subscrição das Debêntures por, no máximo, 20 (vinte) Investidores Qualificados, conforme abaixo definidos.

4.1.3. O público alvo da Oferta Restrita serão investidores qualificados, assim definidos nos termos do artigo 109 da Instrução CVM nº 409, de 18 de agosto de 2004, conforme alterada, observado ainda o disposto no artigo 4º da Instrução CVM 476 (“Investidores Qualificados”).

4.1.3.1. Nos termos da Instrução CVM 476 e para fins da Oferta Restrita descrita no presente item, (i) todos os fundos de investimento serão considerados Investidores Qualificados, ainda que se destinem a investidores não qualificados; e (ii) as pessoas naturais e jurídicas consideradas Investidores Qualificados deverão subscrever ou adquirir, no âmbito da Oferta Restrita, Debêntures no montante mínimo de R\$1.000.000,00 (um milhão de reais).

4.1.4. A colocação das Debêntures será realizada de acordo com os procedimentos do MDA, administrado e operacionalizado pela CETIP, e com o



plano de distribuição descrito nesta Cláusula Quarta e com o disposto no Contrato de Distribuição.

4.1.5. No ato de subscrição e integralização das Debêntures, cada Investidor Qualificado assinará declaração atestando estar ciente de que: (i) as informações recebidas são suficientes para sua tomada de decisão a respeito da Oferta Restrita; (ii) a Oferta Restrita não foi registrada perante a CVM; (iii) a Oferta Restrita será registrada perante a ANBIMA exclusivamente para envio de informações para a base de dados da ANBIMA, nos termos do artigo 1º, parágrafo 2º do Código ANBIMA, desde que expedidas as diretrizes específicas nesse sentido pelo Conselho de Regulação e Melhores Práticas da ANBIMA; e (iv) as Debêntures estão sujeitas às restrições de negociação previstas nesta Escritura de Emissão e na regulamentação aplicável, somente podendo ser negociadas nos mercados regulamentados de Valores Mobiliários 90 (noventa) dias após a subscrição ou aquisição pelo investidor, observadas as obrigações adicionais da Emissora, nos termos da Instrução CVM 476, devendo, ainda, por meio de tal declaração, manifestar sua concordância expressa a todos os termos e condições das Debêntures e da Emissão.

4.2. Data de Emissão das Debêntures

Para todos os efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será 17 de março de 2014 ("Data de Emissão").

4.3. Valor Nominal Unitário das Debêntures

4.3.1. O valor nominal unitário das Debêntures ("Valor Nominal Unitário"), na Data de Emissão, será de R\$10.000,00 (dez mil reais).

4.3.2. O Valor Nominal Unitário das Debêntures não será corrigido ou atualizado por qualquer índice.



4.8. Amortização

4.8.1. Sem prejuízo dos pagamentos em decorrência de Resgate Antecipado Total, de Amortização Extraordinária e/ou da ocorrência de quaisquer Eventos de Vencimento Antecipado, nos termos previstos nesta Escritura de Emissão, o Valor Nominal Unitário das Debêntures será amortizado em parcelas trimestrais e consecutivas a partir da Data de Emissão, na proporção e conforme cronograma disposto no Anexo I a esta Escritura de Emissão, sendo que o primeiro pagamento será devido em 17 de março de 2016 e o último em 17 de março de 2019. A amortização será calculada de acordo com a fórmula abaixo:

$$AMi = (VNe \times Tai)$$

Onde:

AMi = valor unitário da i-ésima parcela de amortização. Valor em reais, calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

VNe = Valor Nominal Unitário de Emissão das Debêntures, informado/calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

Tai = a i-ésima taxa de amortização, expressa em percentual, com 4 (quatro) casas decimais de acordo com o Anexo I desta Escritura de Emissão.

4.8.2. Não obstante o disposto no item 4.8.1. acima, a Emissora poderá realizar, a partir do 2º (segundo) ano contado da Data de Emissão, ou seja, a partir de 17 de março de 2016, inclusive, a amortização extraordinária parcial do Saldo do Valor Nominal Unitário (conforme definido abaixo) das Debêntures em Circulação, conforme definido no item 7.6. abaixo ("Amortização Extraordinária"). A Amortização Extraordinária estará limitada a 98% (noventa e oito por cento) do Saldo do Valor Nominal Unitário (conforme definido no item 4.8.2.4.) e deverá ser precedida de notificação escrita ao Agente Fiduciário e aos Debenturistas, com antecedência mínima de 5 (cinco) Dias Úteis à realização do pagamento da Amortização Extraordinária ("Notificação da Amortização Extraordinária").



4.8.2.1. A Notificação da Amortização Extraordinária deverá conter: (i) a data indicada para o pagamento da Amortização Extraordinária ("Data de Amortização Extraordinária"); (ii) o percentual do Saldo Valor Nominal Unitário (conforme definido abaixo) das Debêntures objeto da Amortização Extraordinária; (iii) a informação de que a Remuneração (conforme definida no item 4.9.1.) aplicável sobre o percentual do Saldo do Valor Nominal Unitário (conforme definido abaixo) das Debêntures objeto da Amortização Extraordinária devida e não paga até a Data de Amortização Extraordinária, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou da Data de Pagamento da Remuneração (conforme definida no item 4.9.3.) imediatamente anterior até a Data de Amortização Extraordinária e demais encargos devidos e não pagos até a Data de Amortização Extraordinária, acrescida do Prêmio de Amortização (conforme definido a seguir) serão pagos na Data de Amortização Extraordinária; e (iv) quaisquer outras informações necessárias à operacionalização da Amortização Extraordinária.

4.8.2.1.1. O valor a ser pago aos Debenturistas a título de Amortização Extraordinária será equivalente ao percentual do Saldo do Valor Nominal Unitário (conforme definido no item 4.8.2.4 abaixo) das Debêntures a ser amortizado, acrescido (i) da Remuneração (conforme definida no item 4.9.1.) calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou da Data de Pagamento da Remuneração (conforme definida no item 4.9.3.) imediatamente anterior até a Data de Amortização Extraordinária, sobre o Saldo do Valor Nominal Unitário a ser amortizado; (ii) de demais encargos devidos e não pagos até a Data de Amortização Extraordinária (sendo, os itens (i) e (ii) acima, considerados em conjunto, denominados "Valor de Amortização Extraordinária"); e (iii) prêmio tendo como base o valor correspondente a 0,60% (sessenta centésimos por cento), a ser calculado *pro rata temporis*, a partir do 2º (segundo) ano contado da Data de Emissão, sobre o respectivo Valor de Amortização Extraordinária, sendo que o referido valor do prêmio não poderá ser inferior a 0,20% (vinte centésimos por cento) do Valor de Amortização Extraordinária ("Prêmio de Amortização" ou "PA"). Em ambos os casos descritos no item (iii) acima, o percentual será aplicado de acordo com a fórmula abaixo e pago integralmente na Data de Amortização Extraordinária:



4.8.2.1. A Notificação da Amortização Extraordinária deverá conter: (i) a data indicada para o pagamento da Amortização Extraordinária ("Data de Amortização Extraordinária"); (ii) o percentual do Saldo Valor Nominal Unitário (conforme definido abaixo) das Debêntures objeto da Amortização Extraordinária; (iii) a informação de que a Remuneração (conforme definida no item 4.9.1.) aplicável sobre o percentual do Saldo do Valor Nominal Unitário (conforme definido abaixo) das Debêntures objeto da Amortização Extraordinária devida e não paga até a Data de Amortização Extraordinária, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou da Data de Pagamento da Remuneração (conforme definida no item 4.9.3.) imediatamente anterior até a Data de Amortização Extraordinária e demais encargos devidos e não pagos até a Data de Amortização Extraordinária, acrescida do Prêmio de Amortização (conforme definido a seguir) serão pagos na Data de Amortização Extraordinária; e (iv) quaisquer outras informações necessárias à operacionalização da Amortização Extraordinária.

4.8.2.1.1. O valor a ser pago aos Debenturistas a título de Amortização Extraordinária será equivalente ao percentual do Saldo do Valor Nominal Unitário (conforme definido no item 4.8.2.4 abaixo) das Debêntures a ser amortizado, acrescido (i) da Remuneração (conforme definida no item 4.9.1.) calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou da Data de Pagamento da Remuneração (conforme definida no item 4.9.3.) imediatamente anterior até a Data de Amortização Extraordinária, sobre o Saldo do Valor Nominal Unitário a ser amortizado; (ii) de demais encargos devidos e não pagos até a Data de Amortização Extraordinária (sendo, os itens (i) e (ii) acima, considerados em conjunto, denominados "Valor de Amortização Extraordinária"); e (iii) prêmio tendo como base o valor correspondente a 0,60% (sessenta centésimos por cento), a ser calculado *pro rata temporis*, a partir do 2º (segundo) ano contado da Data de Emissão, sobre o respectivo Valor de Amortização Extraordinária, sendo que o referido valor do prêmio não poderá ser inferior a 0,20% (vinte centésimos por cento) do Valor de Amortização Extraordinária ("Prêmio de Amortização" ou "PA"). Em ambos os casos descritos no item (iii) acima, o percentual será aplicado de acordo com a fórmula abaixo e pago integralmente na Data de Amortização Extraordinária:

Handwritten signature and circular stamp of OLIVEIRA T. M. S. T. MTA.



Handwritten signature and scribbles.

$$\text{Prêmio} = \text{Máximo} \left\{ 0,20\% ; \left[\frac{(d_{vcto} - d_{amort}) \times 0,60\%}{1095} \right] \right\}$$

Sendo:

d_{vcto} = data de vencimento das debêntures

d_{amort} = data da amortização extraordinária

4.8.2.2. A Emissora deverá comunicar a CETIP por meio de correspondência emitida com a expressa anuência do Agente Fiduciário da realização de Amortização Extraordinária com, no mínimo, 02 (dois) Dias Úteis de antecedência da pretendida Data de Amortização Extraordinária ("Notificação de Amortização Extraordinária").

4.8.2.3. O pagamento da Amortização Extraordinária deverá ser realizado de acordo com o disposto no item 4.16 abaixo, na Data de Amortização indicada na Notificação da Amortização Extraordinária, e deverá abranger todas as Debêntures em Circulação, conforme definido no item 7.6. abaixo. Caso as Debêntures estejam custodiadas eletronicamente na CETIP, o evento seguirá os procedimentos adotados pela CETIP.

4.8.2.4. Define-se "Saldo do Valor Nominal Unitário" como o Valor Nominal Unitário remanescente após amortizações, conforme previstas neste item 4.8.

4.9. Remuneração

4.9.1. O Valor Nominal Unitário não será atualizado monetariamente. As Debêntures renderão juros correspondentes a 100% (cem por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos depósitos interfinanceiros de 1 (um) dia, "over extra grupo", calculada e divulgada pela CETIP, com base em 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, no informativo diário disponível em sua página na internet (<http://www.cetip.com.br>) ("Taxa DI") acrescida de um *spread* ou sobretaxa de 1,15% (um vírgula quinze por cento) ao ano, com base em 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis ("Remuneração"). A Remuneração será calculada de forma exponencial e cumulativa utilizando-se o critério *pro rata temporis* por Dias Úteis decorridos, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário ou Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, conforme aplicável, desde a Data de Emissão ou da Data de Pagamento da Remuneração (conforme definida no item 4.9.3.)



imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do seu efetivo pagamento, que deve ocorrer ao final de cada Período de Capitalização (conforme definido no item 4.9.2. abaixo), de acordo com a fórmula abaixo:

$$J = VNe \times (\text{Fator de Juros} - 1), \text{ onde:}$$

J = valor unitário da Remuneração, calculado com 8 (oito) casas decimais sem arredondamento, devido no final de cada Período de Capitalização (conforme abaixo definido);

VNe = Valor Nominal Unitário ou Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures das Debêntures, conforme aplicável, no início de cada Período de Capitalização (conforme abaixo definido), informado/calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

Fator de Juros = Fator de juros composto pelo parâmetro de flutuação acrescido de *spread* calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$\text{Fator de Juros} = (\text{FatorDI} \times \text{FatorSpread}), \text{ onde:}$$

FatorDI = Produtório das Taxas DI, da data de início de capitalização, inclusive, até a data de cálculo, exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$\text{Fator DI} = \prod_{k=1}^n (1 + \text{TDI}_k)$$

, onde:

k = número de ordem das Taxas DI, variando de 1 até "n";

n = número total de Taxas DI consideradas em cada Período de Capitalização, sendo "n" um número inteiro;

TDIk = Taxa DI, de ordem "k", expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais com arredondamento, apurada da seguinte forma:



$$TDI_k = \left(\frac{DI_k}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1, \text{ onde:}$$

$k = 1, 2, \dots, n;$

DI_k = Taxa DI, de ordem k , divulgada pela CETIP, válida por 1 (um) Dia Útil (*overnight*), utilizada com 2 (duas) casas decimais;

FatorSpread = Sobretaxa de juros fixos, calculada com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$\text{FatorSpread} = \left\{ \left[\left(\frac{\text{spread}}{100} + 1 \right)^{\frac{DP}{252}} \right] \right\}, \text{ onde:}$$

$\text{spread} = 1,15$

DP = É o número de Dias Úteis entre a Data de Emissão ou da Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, e a data atual, sendo "DP" um número inteiro;

O fator resultante da expressão $[1 + (TDI_k)]$ é considerado com 16 (dezesesseis) casas decimais, sem arredondamento.

Efetua-se o produtório dos fatores diários $[1 + (TDI_k)]$, sendo que a cada fator diário acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado.

Uma vez os fatores estando acumulados, considera-se o fator resultante "Fator DI" com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento.

O fator resultante da expressão (FatorDI x FatorSpread) é considerado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento.



A Taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pela entidade responsável pelo seu cálculo.

Se na data de vencimento de quaisquer obrigações pecuniárias da Emissora não houver divulgação da Taxa DI pela CETIP, será aplicada, em sua substituição, na apuração de TDI_k a última Taxa DI_k divulgada, não sendo devidas quaisquer compensações entre a Emissora e os Debenturistas quando da divulgação posterior da Taxa DI que seria aplicável. Se a não divulgação da Taxa DI for superior ao prazo de 10 (dez) dias consecutivos, aplicar-se-á o disposto nos parágrafos abaixo quanto à definição do novo parâmetro de Remuneração das Debêntures.

4.9.1.1. No caso de extinção, ausência de apuração e/ou divulgação por mais de 10 (dez) dias consecutivos após a data esperada para sua apuração e/ou divulgação, ou impossibilidade legal de aplicação às Debêntures da Taxa DI, ou determinação judicial, será aplicada automaticamente no lugar da Taxa DI a taxa média dos financiamentos diários, com lastro em títulos federais, apurados no Sistema Especial de Liquidação e Custódia ("Taxa Selic").

4.9.1.2. Na impossibilidade de aplicação da Taxa Selic ou caso a Taxa Selic deixe de ser divulgada, deverá ser convocada pelo Agente Fiduciário, em até 02 (dois) Dias Úteis contados da data em que o Agente Fiduciário tomar conhecimento do referido evento, assembleia geral dos Debenturistas ("Assembleia Geral de Debenturistas"), a ser realizada no prazo de 15 (quinze) dias, contados da publicação dos respectivos editais de convocação, em primeira convocação, ou, caso não se verifique quorum para realização da Assembleia Geral de Debenturistas, no prazo de 8 (oito) dias, contados da nova publicação dos respectivos editais de convocação, em segunda convocação, as quais terão como objeto a deliberação pelos Debenturistas, de comum acordo com a Emissora, do novo parâmetro de remuneração das Debêntures, parâmetro este que deverá preservar o valor real e os mesmos níveis da Remuneração. Caso não haja acordo sobre a nova taxa de juros referencial da Remuneração entre a Emissora e os Debenturistas representando a maioria simples das Debêntures em Circulação (conforme definido no item 7.6. abaixo), a Emissora deverá adquirir a totalidade das Debêntures em Circulação, no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos contados da data de encerramento da respectiva Assembleia Geral de



Debenturistas ou em outro prazo, a ser definido a exclusivo critério dos Debenturistas na referida assembleia, desde que superior a 30 (trinta) dias, pelo seu Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração devida até a data da efetiva aquisição, calculada *pro rata temporis*, a partir da Data de Emissão ou da última Data de Pagamento da Remuneração (conforme definida no item 4.9.3.), o que ocorrer por último. As Debêntures adquiridas nos termos deste item serão canceladas pela Emissora. Nesta alternativa, para o cálculo da Remuneração das Debêntures a serem adquiridas, para cada dia do período em que ocorra a ausência de taxas, será utilizada a última Taxa DI divulgada oficialmente.

4.9.1.3. Caso a Taxa DI ou a Taxa Selic, conforme o caso, volte a ser divulgada antes da realização das Assembleias Gerais de Debenturistas de que trata o item 4.9.1.2 acima, referidas Assembleias Gerais de Debenturistas não serão realizadas e a Taxa DI ou a Taxa Selic, a partir de sua divulgação, passará a ser novamente utilizada para o cálculo de quaisquer obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, sendo certo que até a data de divulgação da Taxa DI ou da Taxa Selic nos termos deste item 4.9.1.3, a última Taxa DI ou Taxa Selic divulgada será utilizada para o cálculo de quaisquer obrigações previstas nesta Escritura de Emissão.

4.9.2. Para fins de cálculo da Remuneração das Debêntures, define-se "Período de Capitalização" como o intervalo de tempo que se inicia na Data de Emissão e termina na data do próximo vencimento da Remuneração das Debêntures, no caso do primeiro Período de Capitalização, ou na Data de Pagamento da Remuneração (conforme definida no item 4.9.3.) das Debêntures imediatamente anterior, no caso dos demais Períodos de Capitalização, e termina na Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures imediatamente posterior. Cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade.

4.9.3. A Remuneração das Debêntures será paga trimestralmente no dia 17 dos respectivos meses de setembro, dezembro, março e junho, ocorrendo o primeiro pagamento em 17 de setembro de 2014, conforme cronograma disposto no Anexo II a esta Escritura de Emissão ou, ainda, na data da eventual decretação do vencimento antecipado das Debêntures em razão da ocorrência de um dos Eventos de Vencimento Antecipado (conforme definido abaixo), ou na data do



Resgate Antecipado Total, conforme o caso, nos termos e condições previstos nesta Escritura de Emissão ("Data de Pagamento da Remuneração").

4.9.3.1. Farão jus aos pagamentos aqueles que sejam Debenturistas ao final do Dia Útil imediatamente anterior a cada Data de Pagamento da Remuneração.

4.10. Repactuação

As Debêntures não serão objeto de repactuação programada.

4.11. Aditamento à Presente Escritura de Emissão

Quaisquer aditamentos a esta Escritura de Emissão deverão ser firmados pela Emissora e pelo Agente Fiduciário e, posteriormente, arquivados na JUCESP.

4.12. Resgate Antecipado Total

4.12.1. A Emissora poderá realizar, a partir da Data de Emissão, ou seja, a partir de 17 de março de 2014, exclusive, o resgate antecipado da totalidade das Debêntures em Circulação, conforme definido no item 7.6. abaixo ("Resgate Antecipado Total"). O Resgate Antecipado Total deverá ser precedido de notificação escrita ao Agente Fiduciário e aos Debenturistas, com antecedência mínima de 5 (cinco) Dias Úteis à realização do pagamento do Resgate Antecipado Total ("Notificação do Resgate Antecipado Total").

4.12.2. A Notificação do Resgate Antecipado Total deverá conter: (i) a data indicada para o Resgate Antecipado Total ("Data do Resgate Antecipado Total"); (ii) a informação de que a Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior até a Data do Resgate Antecipado Total e demais encargos devidos e não pagos até a Data do Resgate Antecipado Total, acrescida do Prêmio de Resgate (conforme definido no item abaixo) será paga na Data do Resgate Antecipado Total; e (iii) quaisquer outras informações necessárias à operacionalização do Resgate Antecipado Total.



4.12.3. O valor a ser pago aos Debenturistas a título do Resgate Antecipado Total será equivalente ao percentual do Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures a serem resgatadas, acrescido (i) da Remuneração devida e ainda não paga, calculada desde a Data de Emissão ou da Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior até a Data do Resgate Antecipado Total; (ii) de demais encargos devidos e não pagos até a Data do Resgate Antecipado Total; e (iii) prêmio em percentual estabelecido com base na tabela abaixo, que será aplicado sobre o valor resgatado, ou seja, Valor nominal Unitário ou Saldo do Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração devida conforme definida no item 4.9.1 acima ("Prêmio de Resgate"):

<u>Período do Resgate Antecipado Total</u>	<u>Prêmio (%)</u>
17 de março de 2014, exclusive, a 17 de março de 2015, exclusive.	0,35% flat
17 de março de 2015, inclusive, a 17 de março de 2016, exclusive.	0,30% flat
17 de março de 2016, inclusive, a 17 de março de 2017, exclusive.	0,25% flat
17 de março de 2017, inclusive, a 17 de março de 2018, exclusive.	0,20% flat
17 de março de 2018, inclusive, a 17 de março de 2019, exclusive.	0,15% flat

4.12.4. Para as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP, no caso de Resgate Antecipado Total das Debêntures, a operacionalização do resgate seguirá os procedimentos adotados pela CETIP, sendo o Resgate Antecipado Total das Debêntures deverá ser comunicado pela Emissora, por meio de correspondência com a anuência expressa do Agente Fiduciário, com antecedência mínima de 02 (dois) Dias Úteis da data de sua realização.

4.12.5. As Debêntures objeto de Resgate Antecipado Total deverão ser canceladas, observada a regulamentação em vigor.

4.13. Vencimento Antecipado

4.13.1. Observado o disposto nos itens 4.13.2 e 4.13.3 abaixo, as Debêntures e todas as obrigações constantes desta Escritura de Emissão serão consideradas antecipadamente vencidas, tornando-se imediatamente exigível da Emissora o pagamento do Valor Nominal Unitário das Debêntures em Circulação (conforme definido no item 7.6. abaixo) ou Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures.



conforme aplicável, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis*, desde a Data de Emissão ou da última Data de Pagamento da Remuneração, conforme seja o caso, até a data do seu efetivo pagamento, na ocorrência das seguintes hipóteses ("Eventos de Vencimento Antecipado"):

- (i) decretação de falência, dissolução e/ou liquidação da Emissora ou pedido de recuperação judicial ou extrajudicial da Emissora ou pedido de falência formulado pela Emissora ou, ainda, qualquer procedimento análogo que caracterize estado de insolvência da Emissora, nos termos da legislação aplicável;
- (ii) falta de cumprimento de qualquer obrigação pecuniária relacionada às Debêntures por período superior a 02 (dois) Dias Úteis, contados das respectivas datas de vencimento;
- (iii) vencimento antecipado de qualquer dívida em montante igual ou superior a R\$20.000.000,00 (vinte milhões de reais) ou seu equivalente em outras moedas, em razão de inadimplência contratual;
- (iv) término, por qualquer motivo, dos contratos de concessão dos quais a Emissora seja parte, e que represente um valor superior ao equivalente a 30% (trinta por cento) da receita operacional líquida da Emissora constante de suas últimas demonstrações financeiras à época;
- (v) protesto legítimo de títulos contra a Emissora, cujo valor global ultrapasse R\$20.000.000,00 (vinte milhões de reais) ou seu equivalente em outras moedas, salvo se o protesto tiver sido efetuado por erro ou má-fé de terceiro, desde que validamente comprovado pela Emissora, bem como se for suspenso, cancelado ou ainda se forem prestadas garantias em juízo, em qualquer hipótese, no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados da data em que for recebido aviso escrito enviado pelo Agente Fiduciário;
- (vi) falta de cumprimento pela Emissora de qualquer obrigação não pecuniária prevista nesta Escritura de Emissão, não sanada em 30 (trinta) dias, contados da data em que for recebido aviso escrito enviado pelo Agente Fiduciário à Emissora neste sentido;



- (vii) se a Emissora deixar de pagar, em até 05 (cinco) Dias Úteis da data de vencimento, ou não tomar as medidas legais e/ou judiciais requeridas para o não pagamento, de qualquer dívida ou qualquer outra obrigação pagável pela Emissora, segundo qualquer acordo ou contrato do qual ela seja parte como mutuária ou garantidora, envolvendo quantia igual ou superior a R\$20.000.000,00 (vinte milhões de reais) ou seu equivalente em outras moedas;
- (viii) alteração no controle acionário da Emissora, exceto se previamente autorizado pelos Debenturistas, que resulte em um rebaixamento de 2 (dois) níveis ou mais na classificação de risco da Emissora em escala nacional. Não se enquadram na hipótese de necessidade de aprovação pelos Debenturistas a transferência de ações para empresas pertencentes ao mesmo grupo econômico da Emissora e de seus Acionistas;
- (ix) aprovação pelos órgãos societários competentes da Emissora de novas emissões de Debêntures da espécie com garantia real ou outra espécie com garantia adicional real, salvo se (i) os recursos forem destinados para o financiamento de projetos estabelecidos pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL"); e (ii) a Emissora comprovadamente não tenha conseguido obter os recursos por meio de outra forma de capitalização; ou
- (x) caso a Dívida Líquida (conforme definida a seguir) da Emissora ultrapasse o valor de R\$1.000.831.000,00 (um bilhão, oitocentos e trinta e um mil reais), valor este que deverá ser reajustado, a partir de 1 de janeiro de 2014, pela variação acumulada do Índice Geral de Preços Do Mercado, calculado pela Fundação Getúlio Vargas ("IGP-M/FGV"), ou pelo índice de correção monetária que vier a ser aplicado pela ANEEL no contrato de concessão nº 42/2001 – ANEEL, conforme aditado.

A Dívida Líquida será calculada pela Emissora e verificada pelo Agente Fiduciário semestralmente, com base na comunicação enviada pela Emissora ao Agente Fiduciário, juntamente com os demonstrativos financeiros referidos nesta Escritura de Emissão, até o pagamento



integral dos valores devidos em virtude das Debêntures, podendo o Agente Fiduciário solicitar à Emissora e/ou aos seus auditores independentes todos os eventuais esclarecimentos adicionais que se façam necessários para a verificação da Dívida Líquida.

Deve-se considerar como "Dívida Líquida" a somatória da rubrica de empréstimos, financiamentos e debêntures no passivo circulante e não circulante, mais a rubrica de operações com derivativos do passivo circulante e não circulante, bem como qualquer outra rubrica que se refira à dívida onerosa da Emissora que venha a ser criada, menos a rubrica de operações com derivativos do ativo circulante e não circulante e menos a soma (i) da rubrica de disponibilidades (caixa e equivalentes à caixa) com (ii) as aplicações financeiras (circulante e não circulante), com base em valores extraídos do balanço patrimonial consolidado da Emissora.

4.13.1.2. As referências a "controle" encontradas no item 4.13.1, e em seus subitens acima, deverão ser entendidas como tendo o sentido conferido pelo artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações.

4.13.2. A ocorrência de quaisquer dos eventos indicados nas alíneas (i), (ii), (iv), (v), (vii) e (viii) do item 4.13.1 acima acarretará o vencimento antecipado automático das Debêntures, independentemente de qualquer notificação ("Eventos de Vencimento Antecipado Automático"). Na ocorrência dos eventos previstos nas demais alíneas do item 4.13.1 acima, o Agente Fiduciário deverá publicar a convocação da Assembleia Geral de Debenturistas, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas a contar do momento em que tomar ciência do evento ou for assim informado por quaisquer dos Debenturistas, para deliberar sobre a eventual não decretação de vencimento antecipado das Debêntures, a qual dependerá da aprovação da maioria simples dos titulares das Debêntures em Circulação, conforme definido no item 7.6. abaixo, ("Eventos de Vencimento Antecipado Não Automático").

4.13.2.1. A Assembleia Geral de Debenturistas a que se refere este item deverá ser realizada no prazo de 15 (quinze) dias, contados da publicação do edital de convocação em primeira convocação, ou, caso não se verifique quorum para realização da Assembleia Geral de Debenturistas, no prazo de 8 (oito) dias,



contados da nova publicação do edital de convocação, em segunda convocação, nos termos da Cláusula Sétima desta Escritura de Emissão.

4.13.3. Em caso de ocorrência de Evento de Vencimento Antecipado Automático das Debêntures, respeitados os prazos de cura previstos nas alíneas do item 4.13.1. acima, a Emissora obriga-se a imediatamente efetuar o pagamento do Valor Nominal Unitário das Debêntures em Circulação (conforme definido no item 7.6. abaixo), acrescido da Remuneração calculada *pro rata temporis*, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura da Emissão, desde a Data de Emissão ou da última Data de Pagamento da Remuneração até a data do efetivo pagamento. Para os Eventos de Vencimento Antecipado Não Automático acima, a obrigação de efetuar o pagamento passará a ser exigível em até 02 (dois) Dias Úteis imediatamente após o recebimento pela Emissora de notificação enviada pelo Agente Fiduciário.

4.13.3.1. O Agente Fiduciário deverá imediatamente comunicar a CETIP sobre a declaração do vencimento antecipado das Debêntures, o que deverá ocorrer, com, no mínimo, 02 (dois) Dias Úteis de antecedência da data do pagamento a que se refere o item 4.13.3 acima.

4.14. Multa e Juros Moratórios

Sem prejuízo da Remuneração das Debêntures, ocorrendo impontualidade no pagamento pela Emissora de qualquer quantia devida aos Debenturistas, os débitos em atraso vencidos e não pagos pela Emissora, devidamente acrescidos da Remuneração (conforme definida no item 4.9 acima), ficarão, desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento, sujeitos à, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial (i) multa convencional, irredutível e não compensatória, de 2% (dois por cento); e (ii) juros moratórios à razão de 1% (um por cento) ao mês.

4.15. Decadência de Direitos aos Acréscimos

Sem prejuízo do disposto no item 4.14 supra, o não comparecimento do Debenturista para receber o valor correspondente a qualquer das obrigações pecuniárias devidas pela Emissora, nas datas previstas nesta Escritura de



Emissão ou em comunicado publicado pela Emissora, não lhe dará direito ao recebimento de qualquer acréscimo relativo ao atraso no recebimento, sendo-lhe, todavia, assegurados os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento ou data do pagamento constante do comunicado publicado pela Emissora, desde que os recursos estejam disponíveis na mesma data.

4.16. Local de Pagamento

Os pagamentos a que fizerem jus as Debêntures serão efetuados pela Emissora, no dia de seu vencimento, utilizando-se os procedimentos adotados pela CETIP. As Debêntures que não estiverem custodiadas eletronicamente na CETIP terão os seus pagamentos realizados pelo Banco Liquidante ou na sede da Emissora, se for o caso.

4.17. Prorrogação dos Prazos

Considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação, até o primeiro Dia Útil subsequente, se o vencimento coincidir com dia em que não haja expediente bancário na Cidade de São Paulo, sem nenhum acréscimo aos valores a serem pagos, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados através da CETIP, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento coincidir com feriado declarado nacional, sábado ou domingo.

4.18. Publicidade

Todos os atos e decisões decorrentes da Emissão que, de qualquer forma, vierem a envolver interesses dos titulares das Debêntures, deverão ser veiculados no Diário Oficial do Estado de São Paulo e no jornal Valor Econômico, sob a forma de "Aviso aos Debenturistas", devendo a Emissora comunicar o Agente Fiduciário da realização da publicação em até 5 (cinco) dias contados da data de sua publicação.



4.19. Aquisição Facultativa

A Emissora poderá, a qualquer tempo, adquirir Debêntures em Circulação, conforme o disposto no artigo 55, parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações, desde que observe as regras expedidas pela CVM, devendo tal fato constar do relatório da administração e das demonstrações financeiras. As Debêntures adquiridas pela Emissora poderão, a critério da Emissora, ser canceladas, permanecer em tesouraria ou ser novamente colocadas no mercado. As Debêntures adquiridas pela Emissora para permanência em tesouraria nos termos desta Cláusula, se e quando recolocadas no mercado, farão jus à mesma Remuneração aplicável às demais Debêntures em Circulação.

Cláusula Quinta – DAS OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA

5.1. Observados os termos desta Escritura de Emissão, a Emissora está obrigada a:

(a) Fornecer ao Agente Fiduciário:

- (i) no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos contados da publicação do respectivo parecer dos auditores independentes, que deverá ocorrer no prazo estabelecido no item 5.1. "(c)": (a) cópia de suas demonstrações financeiras consolidadas relativas ao exercício social então encerrado, devidamente auditadas por empresa de auditoria independente cadastrada na CVM, acompanhadas de parecer dos auditores independentes; (b) relatório da Emissora contendo memória de cálculo para acompanhamento da Dívida Líquida prevista no item 4.13.1 (x) desta Escritura de Emissão, assinados por representantes legais da Emissora, que se colocará a disposição para esclarecimentos eventualmente solicitados pelo Agente Fiduciário; e (c) declaração firmada por 2 (dois) diretores, ao Agente Fiduciário, de que está adimplente com suas obrigações, nos termos estabelecidos nesta Escritura de Emissão;



- (ii) no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos contados do recebimento do respectivo relatório sobre revisão limitada dos auditores independentes pela Emissora, que deverá ocorrer no prazo de 3 meses contados do final do primeiro semestre do exercício social: (a) cópia de suas demonstrações financeiras consolidadas relativas ao semestre então encerrado, devidamente revisadas por empresa de auditoria independente cadastrada na CVM, acompanhadas de relatório dos auditores independentes; e (b) relatório da Emissora contendo memória de cálculo para acompanhamento da Dívida Líquida prevista no item 4.13.1 (x) desta Escritura de Emissão, assinados por representantes legais da Emissora, que se colocará a disposição para esclarecimentos eventualmente solicitados pelo Agente Fiduciário;
- (iii) no prazo máximo de 10 (dez) Dias Úteis, prorrogável a pedido da Emissora em virtude da justificada complexidade da solicitação, qualquer informação que, razoavelmente, lhe venha a ser solicitada pelo Agente Fiduciário, a fim de que este possa cumprir as suas obrigações nos termos desta Escritura de Emissão e da Instrução da CVM nº 28, de 23 de novembro de 1983, conforme alterada ("Instrução CVM 28");
- (iv) em até 5 (cinco) dias consecutivos, as informações veiculadas na forma prevista no item 4.18 acima;
- (v) avisos aos Debenturistas, fatos relevantes, assim como atas de assembleias gerais e reuniões do conselho de administração da Emissora que deliberem sobre obrigações previstas neste instrumento, em até 05 (cinco) Dias Úteis contados da sua publicação ou registro, conforme o caso;
- (vi) informações sobre qualquer descumprimento não sanado, de natureza pecuniária ou não, de quaisquer cláusulas, termos ou condições desta Escritura de Emissão, no prazo de até 03 (três)



Dias Úteis, contados da data em que tiver tomado ciência do inadimplemento;

- (vii) em até 10 (dez) dias após seu recebimento, cópia de qualquer notificação judicial ou extrajudicial, que envolva valores superiores a R\$20.000.000,00 (vinte milhões de reais), e que possa resultar em efeito relevante adverso aos negócios, à situação financeira e ao resultado de suas operações, ou ainda ao cumprimento das obrigações previstas na presente Escritura de Emissão;
 - (viii) todos os demais documentos e informações que a Emissora, nos termos e condições previstos nesta Escritura de Emissão, se comprometeu a enviar ao Agente Fiduciário;
 - (ix) comprovantes da utilização dos recursos obtidos por meio desta Emissão no pagamento das obrigações descritas no item 3.4, desta Escritura de Emissão; e
 - (x) anualmente, relatório de classificação de risco da Emissão emitido pela Moody's América Latina Ltda., Standard & Poor's Rating Services ou Fitch Ratings Brasil Ltda., em até 15 (quinze) dias contados da data de recebimento de tal relatório pela Emissora;
- (b) submeter, na forma da lei, suas contas e balanços a exame por empresa de auditoria independente, registrada na CVM;
- (c) divulgar suas demonstrações financeiras, acompanhadas de notas explicativas e parecer dos auditores independentes, em sua página na rede mundial de computadores, dentro de 03 (três) meses contados do encerramento de seu exercício social e manter tais demonstrações financeiras em sua página na rede mundial de computadores pelo prazo mínimo de 03 (três) anos contados de sua disponibilização, conforme estabelecido pela Instrução CVM 476;



- (d) atender, de forma eficiente, os Debenturistas ou contratar instituições financeiras autorizadas para a prestação desse serviço;
- (e) atender de forma eficiente às solicitações pertinentes à Emissão dos Debenturistas e do Agente Fiduciário;
- (f) convocar, nos termos da Cláusula Sétima, Assembleia Geral de Debenturistas para deliberar sobre as matérias relacionadas com a presente Emissão, caso o Agente Fiduciário não o faça;
- (g) informar no prazo de 03 (três) Dias Úteis, contados da data em que tomar conhecimento do fato, o Agente Fiduciário sobre a ocorrência de qualquer evento previsto no item 4.13 desta Escritura de Emissão;
- (h) cumprir todas as determinações emanadas da CVM, inclusive mediante envio de documentos, prestando, ainda, as informações que lhe forem solicitadas;
- (i) não realizar operações fora do seu objeto social, observadas as disposições estatutárias, legais e regulamentares em vigor;
- (j) notificar em até 02 (dois) Dias Úteis o Agente Fiduciário sobre qualquer alteração nas condições financeiras, econômicas, comerciais, operacionais, regulatórias ou societárias ou em seus negócios, bem como quaisquer eventos ou situações que (i) possam afetar negativamente, impossibilitar ou dificultar de forma justificada o cumprimento de suas obrigações decorrentes desta Escritura de Emissão e das Debêntures; ou (ii) possam afetar negativamente as suas demonstrações financeiras de forma relevante e material;
- (k) comunicar em até 02 (dois) Dias Úteis ao Agente Fiduciário a ocorrência de quaisquer eventos ou situações que sejam de seu conhecimento e que possam afetar negativamente sua habilidade de efetuar o pontual cumprimento das obrigações, no todo ou em parte, assumidas nos termos desta Escritura de Emissão;



- (l) manter seus bens e ativos devidamente seguros, conforme práticas correntes de mercado;
- (m) não praticar qualquer ato em desacordo com o estatuto social e com esta Escritura de Emissão, que comprometa o pontual e integral cumprimento das obrigações assumidas perante os Debenturistas;
- (n) cumprir, todas as leis, regras, regulamentos, inclusive ambientais, diligenciando para que suas atividades atendam às determinações dos Órgãos Municipais, Estaduais e Federais e ordens aplicáveis em qualquer jurisdição na qual realize negócios ou possua ativos;
- (o) cumprir todas as obrigações assumidas nos termos desta Escritura de Emissão, inclusive no que tange à destinação dos recursos captados por meio da Emissão;
- (p) manter contratado durante o prazo de vigência das Debêntures, às suas expensas, o Banco Liquidante, o Escriturador Mandatário, o Agente Fiduciário e sistema de negociação no mercado secundário por meio do CETIP 21;
- (q) efetuar recolhimento de quaisquer tributos ou contribuições que incidam ou venham a incidir sobre a Emissão e que sejam de responsabilidade da Emissora;
- (r) efetuar o pagamento de todas as despesas comprovadas dispendidas pelo Agente Fiduciário, dentro dos padrões de mercado adotados pela Emissora, que realmente sejam necessárias para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas ou para realizar seus créditos, inclusive honorários advocatícios e outras despesas e custos incorridos em virtude da cobrança de qualquer quantia devida aos Debenturistas nos termos desta Escritura de Emissão. O pagamento ou reembolso pela Emissora de quaisquer despesas em montante igual ou superior a R\$4.000,00 (quatro mil reais) somente será realizado se for prévia e expressamente aprovado pela Emissora;



- (s) manter sempre válidas e em vigor as licenças e autorizações necessárias aplicáveis para a boa condução de seus negócios;
- (t) manter em vigor as autorizações para celebrar esta Escritura de Emissão e cumprir com todas as obrigações aqui previstas, satisfazendo todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (u) preparar demonstrações financeiras de encerramento de exercício e, se for o caso, demonstrações consolidadas, em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações, e com as regras emitidas pela CVM;
- (v) observar as disposições da Instrução CVM nº 358, de 3 de janeiro de 2002, conforme alterada ("Instrução CVM 358") no tocante a dever de sigilo e vedações à negociação, bem como divulgar em sua página na rede mundial de computadores a ocorrência de fato relevante, conforme definido pelo artigo 2º da Instrução CVM 358, comunicando imediatamente ao Coordenador Líder;
- (w) não divulgar ao público informações referentes à Emissora, à Emissão, à Oferta Restrita ou às Debêntures em desacordo com o disposto na regulamentação aplicável, incluindo, mas não se limitando ao disposto na Instrução CVM 476 e no artigo 48 da Instrução CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada;
- (x) fornecer todas as informações que vierem a ser solicitadas pela CVM ou pela CETIP;
- (y) manter válidas e regulares, durante todo o prazo de vigência das Debêntures e desde que haja Debêntures em Circulação (conforme definido no item 7.6. abaixo), as declarações e garantias apresentadas nesta Escritura de Emissão, no que for aplicável;
- (z) notificar o Agente Fiduciário e a CETIP, sobre qualquer ato ou fato que possa causar interrupção ou suspensão de suas atividades, no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos após a ocorrência do evento;



- (aa) cumprir com o disposto na legislação em vigor pertinente à Política Nacional do Meio Ambiente, às Resoluções do Conselho Nacional do Meio Ambiente ("Conama") e às demais legislações e regulamentações ambientais supletivas aplicáveis, adotando as medidas e ações preventivas ou reparatórias, destinadas a evitar e corrigir eventuais danos ambientais apurados, responsabilizando-se, única e exclusivamente, pela destinação dos recursos financeiros obtidos com a Oferta Restrita. Obriga-se, ainda, a Emissora, a proceder a todas as diligências exigidas para a atividade da espécie, preservando o meio ambiente e mantendo regular suas obrigações junto aos órgãos de meio ambiente a que a Emissora esteja sujeita; e
- (bb) obter a classificação de risco mínimo da Emissão de AA+ (duplo A mais) ou escala equivalente a AA+ (duplo A mais), a ser apurada por qualquer empresa de classificação de risco, dentre as seguintes: Moody's América Latina Ltda., Standard & Poor's Rating Services ou Fitch Ratings Brasil Ltda. e disponibilizar o respectivo relatório ao Agente Fiduciário em até 15 (quinze) dias contados da data de recebimento de tal relatório pela Emissora.

5.1.1. A Emissora obriga-se a, em nome de todas suas controladas, existentes na presente data ou que venham a ser criadas, e até que o saldo devedor das Debêntures seja integralmente pago, observar as obrigações estabelecidas nos itens (i), (n) e (aa) acima.

5.2. As despesas a que se refere o item 5.1 (r) acima compreenderão, entre outras, as seguintes:

- (a) publicação de relatórios, editais, avisos e notificações, conforme previsto nesta Escritura de Emissão, e outras que vierem a ser exigidas pela regulamentação aplicável;
- (b) extração de certidões atualizadas dos distribuidores cíveis, das Varas da Fazenda Pública, Cartórios de Protesto, Varas do Trabalho, Varas da Justiça Federal e da Procuradoria da Fazenda Pública do foro da sede



da Emissora, caso tenham sido previamente solicitadas à Emissora e não entregues dentro de 20 (vinte) dias corridos;

- (c) despesas de viagem, quando estas sejam necessárias ao desempenho das funções do Agente Fiduciário, desde que razoáveis e justificáveis;
- (d) despesas com especialistas, tais como assessoria legal aos Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário em caso de vencimento antecipado das Debêntures;
- (e) eventuais levantamentos adicionais e especiais ou periciais que vierem a ser justificadamente necessários, se ocorrerem omissões e/ou obscuridades nas informações pertinentes aos estritos interesses dos Debenturistas, previamente aprovados pela Emissora; e
- (f) despesas com quaisquer custos judiciais envolvendo a defesa dos interesses dos Debenturistas, incluindo honorários advocatícios, desde que devidamente comprovados.

Cláusula Sexta – DO AGENTE FIDUCIÁRIO

6.1. A Emissora nomeia e constitui Agente Fiduciário da Emissão, a **Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.**, que, por meio deste ato, aceita a nomeação para, nos termos da lei e da presente Escritura de Emissão, representar perante ela, Emissora, os interesses da comunhão dos Debenturistas.

6.2. O Agente Fiduciário, nomeado na presente Escritura de Emissão, declara que:

- (a) conhece e aceita a função para a qual foi nomeado, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstas na legislação específica e nesta Escritura de Emissão;
- (b) aceita integralmente esta Escritura de Emissão, todas suas cláusulas e condições;



- (c) está devidamente autorizado a celebrar esta Escritura de Emissão e a cumprir com suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (d) a celebração desta Escritura de Emissão e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário;
- (e) não tem qualquer impedimento legal, conforme parágrafo terceiro do artigo 66, da Lei das Sociedades por Ações, para exercer a função que lhe é conferida;
- (f) não se encontra em nenhuma das situações de conflito de interesse previstas no artigo 10 da Instrução CVM 28;
- (g) não tem qualquer ligação com a Emissora que o impeça de exercer suas funções;
- (h) está ciente das disposições da Circular do Banco Central do Brasil nº 1.832, de 31 de outubro de 1990;
- (i) verificou a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão, na Data de Emissão;
- (j) que os seus representantes legais que assinam esta Escritura de Emissão têm poderes estatutários e/ou delegados para assumir, em seu nome, as obrigações ora estabelecidas e, sendo mandatários, tiveram os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor, conforme disposições de seu respectivo estatuto social; e
- (k) na data de assinatura desta Escritura de Emissão, presta serviços de agente fiduciário nas seguintes emissões:



- (i) primeira emissão pública de debêntures da Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A, da espécie quirografária, com vencimento em 16 de março de 2016, no volume total, na respectiva data de emissão, de R\$360.000.000,00 (trezentos e sessenta milhões), mediante emissão de 360 (trezentos e sessenta) debêntures;
- (ii) Segunda Emissão Pública de Debêntures da Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A., da espécie quirografária, com vencimento em 19 de outubro de 2017, no volume total, na respectiva data de emissão, de R\$150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões), mediante emissão de 15.000 (quinze mil) debêntures;
- (iii) Primeira Emissão Pública de Debêntures da ECTE - Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A., da espécie quirografária, com vencimento em 16 de março de 2016, no volume total, na respectiva data de emissão, de R\$75.000.000,00 (setenta e cinco milhões de reais) mediante emissão de 75 (setenta e cinco) debêntures;
- (iv) Segunda Emissão Pública de Debêntures da ECTE - Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A., da espécie quirografária, com vencimento em 29 de outubro de 2017, no volume total, na respectiva data de emissão, de R\$80.000.000,00 (oitenta milhões de reais), mediante emissão de 8.000 (oito mil) debêntures;
- (v) Primeira Emissão Pública de Debêntures da Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A., da espécie quirografária, com vencimento em 16 de março de 2016, no volume total, na respectiva data de emissão, de R\$190.000.000,00 (cento e noventa milhões de reais) mediante emissão de 190 (cento e noventa) debêntures;



- (vi) Primeira Emissão Pública de Debêntures da Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A., da espécie quirografária, com vencimento em 30 de novembro de 2016, no volume total, na respectiva data de emissão, de R\$70.000.000,00 (setenta milhões de reais), mediante emissão de 70 (setenta) debêntures;
- (vii) Primeira Emissão Pública de Debêntures da Companhia Transirapé de Transmissão, da espécie quirografária, com vencimento em 14 de novembro de 2017, no volume total, na respectiva data de emissão, de R\$42.500.000,00 (quarenta e dois milhões e quinhentos mil reais), mediante emissão de 4.250 (quatro mil duzentas e cinquenta) debêntures;
- (viii) Primeira Emissão Pública de Debêntures da Companhia Transudeste de Transmissão, da espécie quirografária, com vencimento em 14 de novembro de 2017, no volume total, na respectiva data de emissão, de R\$47.500.000,00 (quarenta e sete milhões e quinhentos mil reais), mediante emissão de 4.750 (quatro mil setecentos e cinquenta) debêntures; e
- (ix) Quarta Emissão Pública de Debêntures da Alupar Investimento S.A., da espécie quirografária, em série única, mediante a emissão de 15.000 debêntures, no volume total, na data de emissão, de R\$150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de reais), com vencimento em 03 de fevereiro de 2018.

6.3. O Agente Fiduciário exercerá suas funções a partir da data de assinatura desta Escritura de Emissão, devendo permanecer no exercício de suas funções até a quitação de todas as obrigações previstas nesta Escritura de Emissão ou até sua efetiva substituição.

6.4. Será devida pela Emissora ao Agente Fiduciário, a título de honorários pelos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da legislação e regulamentação aplicáveis e desta Escritura de Emissão, a seguinte remuneração:



- (a) parcelas anuais de R\$ 2.000,00 (dois mil reais), sendo o primeiro pagamento devido no 5º (quinto) Dia Útil após a data de assinatura desta Escritura de Emissão, e as seguintes nas mesmas datas dos anos subsequentes;
- (b) no caso de inadimplemento no pagamento das Debêntures ou de reestruturação das condições das Debêntures após a emissão, serão devidas ao Agente Fiduciário, adicionalmente, o valor de R\$ 500,00 (quinhentos reais) por hora-homem de trabalho dedicado à: (i) comparecimento em reuniões formais com a Emissora e/ou com Debenturistas; e (ii) implementação das consequentes decisões tomadas em tais eventos, pagas 10 (dez) dias após comprovação da entrega, pelo Agente Fiduciário, de "relatório de horas" à Emissora. Entende-se por reestruturação das debêntures os eventos relacionados à alteração dos prazos de pagamento e condições relacionadas ao vencimento antecipado. Os eventos relacionados à amortização das debêntures não são considerados reestruturação das debêntures;
- (c) no caso de celebração de aditamentos a esta Escritura de Emissão será devido ao Agente Fiduciário, adicionalmente, o valor de R\$500,00 (quinhentos reais) por hora-homem de trabalho dedicado a tais alterações, exceto na hipótese da Emissora contratar advogados especializados para a elaboração de tais aditamentos;
- (d) as parcelas citadas neste item 6.4 (a) serão reajustadas anualmente pela variação acumulada do IGP-M/FGV, ou na falta deste, ou ainda na impossibilidade de sua utilização, pelo índice que vier a substituí-lo, a partir da data do primeiro pagamento, até as datas de pagamento seguintes, calculadas *pro rata die*, se necessário;
- (e) em caso de mora no pagamento de qualquer quantia devida em decorrência desta Escritura de Emissão, os débitos em atraso ficarão sujeitos à multa contratual de 2% (dois por cento) sobre o valor do débito, bem como a juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, ficando o valor do débito em atraso sujeito a atualização monetária pelo



IGP-M/FGV, incidente desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento, calculado *pro rata die*;

- (f) a remuneração supra citada não inclui as despesas com viagens, estadias, transporte e publicação necessárias ao exercício da função de Agente Fiduciário, durante ou após a implantação do serviço, a serem cobertas pela Emissora, após prévia aprovação. Não estão incluídas igualmente, e serão arcadas pela Emissora, despesas com especialistas, tais como assessoria legal ao Agente Fiduciário em caso de inadimplemento das obrigações previstas nesta Escritura de Emissão. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais, bem como indenizações, decorrentes de ações intentadas contra o Agente Fiduciário decorrente do exercício de sua função ou da sua atuação em defesa da estrutura da operação, serão igualmente suportadas pelos Debenturistas. Tais despesas incluem honorários advocatícios para defesa do Agente Fiduciário e deverão ser igualmente adiantadas pelos Debenturistas e ressarcidas pela Emissora;
- (g) o pagamento da remuneração do Agente Fiduciário será feito mediante depósito na conta corrente a ser indicada por este no momento oportuno, servindo o comprovante do depósito como prova de quitação do pagamento;
- (h) no caso de inadimplemento da Emissora, todas as despesas em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas deverão ser previamente aprovadas e adiantadas pelos Debenturistas, e posteriormente, ressarcidas pela Emissora. Tais despesas incluem os gastos com honorários advocatícios, inclusive de terceiros, depósitos, indenizações, custas e taxas judiciais de ações propostas pelo Agente Fiduciário, desde que relacionadas à solução da inadimplência, enquanto representante dos Debenturistas. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos Debenturistas, bem como a remuneração e as despesas reembolsáveis do Agente Fiduciário, na hipótese de a Emissora permanecer em inadimplência



com relação ao pagamento destas por um período superior a 10 (dez) dias corridos; e

- (i) a parcela de remuneração supra citada será acrescida dos seguintes impostos: ISS (Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza), PIS (Contribuição ao Programa de Integração Social), COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social), IRRF (Imposto de Renda Retido na Fonte) e quaisquer outros impostos que venham a incidir sobre a remuneração do Agente Fiduciário.

6.4.1. A remuneração ao Agente Fiduciário será devida mesmo após o vencimento das Debêntures, caso o Agente Fiduciário ainda esteja atuando na cobrança de inadimplências não sanadas pela Emissora.

6.5. Além de outros previstos em lei, em ato normativo da CVM ou nesta Escritura de Emissão, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:

- (a) proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, empregando, no exercício da função, o cuidado e a diligência que todo homem ativo e probo costuma empregar na administração dos seus próprios bens;
- (b) renunciar à função na hipótese de superveniência de conflitos de interesse ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
- (c) conservar em boa guarda, toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;
- (d) verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão, diligenciando para que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;
- (e) promover, caso a Emissora não o faça, o registro desta Escritura de Emissão e respectivos aditamentos na JUCESP, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes; neste caso, o oficial de registro notificará a administração da Emissora para que esta lhe forneça as indicações e documentos necessários;



- (f) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os Debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;
- (g) solicitar, quando julgar necessário ao fiel desempenho de suas funções, certidões que estejam dentro do prazo de vigência dos distribuidores cíveis, das Varas da Fazenda Pública, Cartórios de Protesto, Varas do Trabalho, Varas da Justiça Federal e da Procuradoria da Fazenda Pública do foro da sede da Emissora, bem como das demais comarcas em que a Emissora exerça suas atividades, as quais deverão ser apresentadas em até 20 (vinte) dias corridos da data de solicitação;
- (h) solicitar, desde que previamente aprovado pelos Debenturistas, quando considerar necessário, às expensas da Emissora, e desde que justificada, auditoria extraordinária na Emissora;
- (i) convocar, quando necessário e às expensas da Emissora, a Assembleia Geral de Debenturistas, mediante anúncio publicado, pelo menos três vezes, nos órgãos de imprensa nos quais a Emissora deve efetuar suas publicações;
- (j) comparecer à Assembleia Geral de Debenturistas a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;
- (k) elaborar relatórios destinados aos Debenturistas, nos termos da alínea (b) do parágrafo 1º do artigo 68 da Lei das Sociedades por Ações, relativos aos exercícios sociais da Emissora, os quais deverão conter, ao menos, as seguintes informações:
 - (i) eventual omissão ou inverdade de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Emissora;
 - (ii) alterações estatutárias ocorridas no período;



- (iii) comentários sobre as demonstrações financeiras da Emissora, enfocando os indicadores econômicos, financeiros e da estrutura de seu capital;
 - (iv) posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado;
 - (v) cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura de Emissão, inclusive quanto à manutenção da Dívida Líquida conforme o previsto no item 4.13.1 (x) acima;
 - (vi) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de agente fiduciário da Emissão;
 - (vii) pagamento de Remuneração realizados no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Emissora;
 - (viii) acompanhamento da destinação dos recursos captados por meio da emissão das Debêntures, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora;
 - (ix) relação dos bens e valores entregues ao Agente Fiduciário, compreendendo sua administração e/ou prepostos; e
 - (x) existência de outras emissões de debêntures, públicas ou privadas, feitas por sociedade coligada, controlada, controladora ou integrante do mesmo grupo da Emissora em que tenha atuado como agente fiduciário no período, bem como os seguintes dados sobre tais emissões: denominação da companhia ofertante; valor da emissão; quantidade de debêntures emitidas; espécie; prazo de vencimento das debêntures; tipo e valor dos bens dados em garantia e denominação dos garantidores; eventos de resgate, amortização, conversão, repactuação e inadimplemento no período.
- (l) disponibilizar aos Debenturistas o relatório a que se refere o item anterior aos Debenturistas no prazo máximo de 4 (quatro) meses a



contar do encerramento do exercício social da Emissora. O relatório deverá estar disponível, ao menos nos seguintes locais:

- (i) na sede da Emissora;
 - (ii) na sede do Agente Fiduciário;
 - (iii) na CVM; e
 - (iv) na sede do Coordenador Líder.
- (m) publicar, às expensas da Emissora, nos órgãos de imprensa identificados no item 4.18 desta Escritura de Emissão, anúncio comunicando aos Debenturistas que o relatório se encontra à disposição nos locais indicados no item anterior;
- (n) manter atualizada a relação dos Debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, solicitação de informações junto à Emissora, ao Escriturador Mandatário e à CETIP;
- (o) fiscalizar o cumprimento das Cláusulas constantes desta Escritura de Emissão, especialmente aquelas impositivas de obrigações de fazer e não fazer;
- (p) notificar os Debenturistas, individualmente ou, caso não seja possível, por meio de aviso publicado nos jornais mencionados no item 4.18 acima, no prazo máximo de 5 (cinco) dias corridos da ocorrência do evento, a respeito de qualquer inadimplemento pela Emissora de obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores informações; comunicação de igual teor deverá ser enviada à CVM e à CETIP;
- (q) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes de eventuais propostas de modificações nas condições das Debêntures;



- (r) verificar, anualmente, com base nas informações financeiras consolidadas da Emissora e abertura de contas específicas a serem fornecidas pela Emissora nos termos do item 5.1, (a), (i) acima, a manutenção da Dívida Líquida conforme previsto no item 4.13.1 (x) acima e informar imediatamente os Debenturistas de qualquer descumprimento a tal respeito;
- (s) informar aos Debenturistas, assim que seja comunicado pela Emissora, a existência de qualquer valor disponível para recebimento por parte dos Debenturistas em razão das obrigações pecuniárias devidas pela Emissora;
- (t) acompanhar o Valor Nominal Unitário das Debêntures calculado pela Emissora, disponibilizando-o aos titulares das Debêntures e à Emissora, através do site www.oliveiratrust.com.br; e
- (u) acompanhar em conjunto com a Emissora e o Banco Liquidante em cada data de pagamento, o integral e pontual pagamento dos valores devidos, conforme estipulado na presente Escritura de Emissão.

6.6. O Agente Fiduciário usará de quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais contra a Emissora para a proteção e defesa dos interesses da comunhão dos titulares das Debêntures e na realização de seus créditos, devendo, em caso de inadimplemento da Emissora:

- (a) observados os termos e as condições da presente Escritura de Emissão, declarar antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar seu principal e acessórios;
- (b) requerer a falência da Emissora, nos termos da legislação aplicável;
- (c) tomar todas as providências necessárias para a realização dos créditos dos Debenturistas; e
- (d) representar os Debenturistas em processo de falência, recuperação judicial e extrajudicial, intervenção ou liquidação da Emissora.



6.6.1. O Agente Fiduciário, observado o disposto no item 4.13 desta Escritura de Emissão, somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas nas alíneas (a) a (c) acima, se convocada a Assembleia Geral de Debenturistas, esta assim o autorizar pelo quorum de aprovação de Debenturistas que representem a unanimidade das Debêntures em Circulação (conforme definido no item 7.6. abaixo). Na hipótese da alínea (d), bastará a aprovação de Debenturistas representando a maioria das Debêntures em Circulação (conforme definido no item 7.6. abaixo).

6.6.2. O Agente Fiduciário não será obrigado a efetuar nenhuma verificação de veracidade nas deliberações societárias e em atos da administração da Emissora ou ainda em qualquer documento ou registro que considere autêntico e que lhe tenha sido encaminhado pela Emissora ou por terceiros, a seu pedido, para basear as suas decisões.

6.6.3. A atuação do Agente Fiduciário limitar-se-á, tão somente, a verificar o preenchimento dos requisitos formais relacionados às obrigações supra estabelecidas, nos termos da legislação aplicável. O Agente Fiduciário não será responsável por verificar a validade, veracidade ou completude das informações técnicas e financeiras constantes de qualquer documento que lhe seja enviado com o fim de informar, complementar, esclarecer, retificar ou ratificar as informações da Escritura de Emissão e dos demais documentos da Emissão.

6.7. Nas hipóteses de ausência ou impedimentos temporários, renúncia, liquidação, dissolução ou extinção, ou qualquer outro caso de vacância na função de agente fiduciário da Emissão, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos contados do evento que a determinar, Assembleia Geral de Debenturistas para a escolha do novo agente fiduciário da Emissão, a qual poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Emissora, por Debenturistas que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em Circulação (conforme definido no item 7.6. abaixo), ou pela CVM. Na hipótese da convocação não ocorrer até 15 (quinze) dias corridos antes do término do prazo acima citado, caberá à Emissora efetuar-lá, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório, enquanto não se consumar o processo de escolha



do novo agente fiduciário da Emissão. A substituição não implicará em remuneração ao novo Agente Fiduciário superior à ora avençada.

6.7.1. Na hipótese de não poder o Agente Fiduciário continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura de Emissão, deverá este comunicar imediatamente o fato à Emissora e aos Debenturistas, pedindo sua substituição.

6.7.2. É facultado aos Debenturistas, após o encerramento do prazo para a subscrição e integralização da totalidade das Debêntures, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu substituto, em Assembleia Geral Debenturistas especialmente convocada para esse fim.

6.7.3. Caso ocorra à efetiva substituição do Agente Fiduciário, esse substituto receberá a mesma remuneração recebida pelo Agente Fiduciário em todos os seus termos e condições, sendo que a primeira parcela anual devida ao substituto será calculada *pro rata temporis*, a partir da data de início do exercício de sua função como agente fiduciário da Emissão. Esta remuneração poderá ser alterada de comum acordo entre a Emissora e o agente fiduciário substituto, desde que previamente aprovada pela Assembleia Geral de Debenturistas.

6.7.4. Em qualquer hipótese, a substituição do Agente Fiduciário ficará sujeita à comunicação prévia à CVM e ao atendimento dos requisitos previstos na Instrução CVM 28 e eventuais normas posteriores aplicáveis.

6.7.5. A substituição do Agente Fiduciário em caráter permanente deverá ser objeto de aditamento à Escritura de Emissão, que deverá ser registrado nos termos do item 4.11.

6.7.5.1 O novo agente fiduciário entrará no exercício de suas funções a partir de eventual aditamento em que for nomeado como substituto para exercer a função, devendo permanecer no exercício de suas funções até a efetiva substituição ou até a quitação integral das obrigações previstas nesta Escritura de Emissão.

6.7.5.2 O Agente Fiduciário substituto deverá, imediatamente após sua nomeação, comunicá-la aos Debenturistas em forma de aviso nos termos do item 4.18 acima.



6.7.6. Aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos a este respeito promulgados por atos da CVM.

Cláusula Sétima – DA ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS

7.1. Os Debenturistas poderão, a qualquer tempo, reunir-se em Assembleia Geral de Debenturistas, de acordo com o disposto no artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações, a fim de deliberarem sobre matéria de interesse da comunhão dos Debenturistas.

7.2. A Assembleia Geral de Debenturistas poderá ser convocada pelo Agente Fiduciário, pela Emissora, por Debenturistas que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em Circulação (conforme definido no item 7.6. abaixo) ou pela CVM.

7.3. Aplicar-se-á à Assembleia Geral de Debenturistas, no que couber, o disposto na Lei das Sociedades por Ações, a respeito das assembleias gerais de acionistas.

7.4. A Assembleia Geral de Debenturistas instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de Debenturistas que representem, no mínimo, metade das Debêntures em Circulação (conforme definido no item 7.6. abaixo) e, em segunda convocação, com qualquer número.

7.5. Cada Debênture conferirá a seu titular o direito a um voto nas Assembleias Gerais de Debenturistas, sendo admitida a constituição de mandatários, Debenturistas ou não.

7.6. Para efeito da constituição do quorum de instalação e/ou deliberação a que se refere esta Cláusula Sétima, serão consideradas "Debêntures em Circulação" todas as Debêntures em Circulação no mercado, excluídas as Debêntures que a Emissora possuir em tesouraria, ou que sejam de propriedade de seus controladores ou de qualquer de suas controladas ou coligadas, bem como dos respectivos diretores ou conselheiros e respectivos cônjuges. Para efeitos de quorum de deliberação não serão computados, ainda, os votos em branco.



7.7. Será facultada a presença dos representantes legais da Emissora nas Assembleias Gerais de Debenturistas.

7.8. O Agente Fiduciário deverá comparecer à Assembleia Geral de Debenturistas e prestar aos Debenturistas as informações que lhe forem solicitadas.

7.9. A presidência da Assembleia Geral de Debenturistas caberá ao debenturista eleito pelos titulares das Debêntures ou àquele que for designado pela CVM.

7.10. Exceto conforme estabelecido nesta Escritura de Emissão, as deliberações serão tomadas pela maioria dos Debenturistas que representem a maioria simples das Debêntures em Circulação.

7.11. As seguintes deliberações relativas às características das Debêntures, que poderão ser propostas exclusivamente pela Emissora, dependerão da aprovação por Debenturistas que representem pelo menos 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação, seja em primeira convocação da Assembleia Geral de Debenturistas ou em qualquer convocação subsequente: (i) a Remuneração das Debêntures; (ii) a Data de Pagamento da Remuneração; (iii) o prazo de vencimento das Debêntures; (iv) os valores e datas de amortização das Debêntures; (v) as hipóteses de vencimento antecipado estabelecidas no item 4.13 acima; (vi) modificação dos quoruns de deliberação estabelecidos nesta Cláusula Sétima; (vii) alteração das obrigações adicionais da Emissora estabelecidas na Cláusula Quinta; (viii) alteração das obrigações do Agente Fiduciário, estabelecidas na Cláusula Sexta; ou (ix) alterações nos procedimentos aplicáveis às Assembleias Gerais de Debenturistas, estabelecidas nesta Cláusula Sétima.

7.12. As deliberações tomadas pelos Debenturistas em Assembleias Gerais de Debenturistas, no âmbito de sua competência legal, observados os quoruns estabelecidos nesta Escritura de Emissão, serão existentes, válidas e eficazes perante a Emissora e obrigarão a todos os titulares das Debêntures em Circulação, independentemente de terem comparecido à Assembleia ou do voto proferido nas respectivas Assembleias Gerais de Debenturistas.



7.13. Independentemente das formalidades previstas na Lei das Sociedades por Ações e nesta Escritura de Emissão serão consideradas regulares as deliberações tomadas pelos Debenturistas em Assembleia Geral de Debenturistas a que comparecerem os titulares de todas as Debêntures em Circulação.

Cláusula Oitava – DAS DECLARAÇÕES DA EMISSORA

8.1. A Emissora neste ato declara que:

- (a) é uma sociedade por ações devidamente organizada, constituída e existente sob a forma de sociedade por ações fechada de acordo com as leis brasileiras;
- (b) está devidamente autorizada e obteve todas as licenças e autorizações necessárias, inclusive as societárias, à celebração desta Escritura de Emissão, à emissão das Debêntures e ao cumprimento de suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (c) os representantes legais que assinam esta Escritura de Emissão têm poderes estatutários e/ou delegados para assumir, em seu nome, as obrigações ora estabelecidas e, sendo mandatários, tiveram os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor;
- (d) a celebração e o cumprimento de suas obrigações previstas nesta Escritura de Emissão não infringem ou contrariam (i) qualquer contrato ou documento no qual a Emissora seja parte ou pelo qual quaisquer de seus bens e propriedades estejam vinculados, nem irá resultar em (a) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer destes contratos ou instrumentos; (b) criação de qualquer ônus sobre qualquer ativo ou bem da Emissora, ou (c) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos; (ii) qualquer lei, decreto ou regulamento a que a Emissora ou quaisquer de seus bens e propriedades estejam sujeitos; ou (iii) qualquer ordem, decisão ou sentença administrativa, judicial ou arbitral que afete a Emissora ou quaisquer de seus bens e propriedades;



- (e) tem todas as autorizações e licenças (inclusive ambientais) necessárias exigidas pelas autoridades federais, estaduais e municipais para o exercício de suas atividades, sendo todas elas válidas;
- (f) não tem conhecimento de descumprimento das leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, válidas e aplicáveis à condução de seus negócios, inclusive com o disposto na legislação em vigor pertinente à Política Nacional do Meio Ambiente, às Resoluções do Conama e às demais legislações e regulamentações ambientais supletivas, adotando as medidas e ações preventivas ou reparatórias destinadas a evitar ou corrigir eventuais danos ambientais decorrentes do exercício das atividades descritas em seu objeto social. A Emissora está obrigada, ainda, a proceder a todas as diligências exigidas para realização de suas atividades, preservando o meio ambiente;
- (g) as Demonstrações Financeiras da Emissora, datadas de 31 de dezembro de 2011, 2012 e 2013 representam corretamente a posição patrimonial e financeira da Emissora naquelas datas e foram devidamente elaboradas em conformidade com os princípios fundamentais de contabilidade do Brasil e refletem corretamente os ativos, passivos e contingências da Emissora de forma consolidada;
- (h) cumprirá todas as obrigações assumidas nos termos desta Escritura de Emissão, incluindo mas não se limitando à obrigação de destinar os recursos obtidos com a Emissão aos fins previstos no item 3.4 desta Escritura de Emissão;
- (i) tem plena ciência e concorda integralmente com a forma de divulgação e apuração da Taxa DI, divulgada pela CETIP, e que a forma de cálculo da Remuneração foi acordada por livre vontade entre a Emissora e o Coordenador Líder, em observância ao princípio da boa-fé;
- (j) não há qualquer ligação entre a Emissora e o Agente Fiduciário que impeça o Agente Fiduciário de exercer plenamente suas funções;



- (k) esta Escritura de Emissão constitui obrigação legal, válida e vinculativa da Emissora, exequível de acordo com os seus termos e condições, com força de título executivo extrajudicial nos termos do artigo 585 do Código de Processo Civil Brasileiro; e
- (l) tem plena ciência de que, nos termos do artigo 9º da Instrução CVM 476, não poderá realizar outra oferta pública de debêntures de sua emissão dentro do prazo de 4 (quatro) meses contados da data do encerramento da oferta, a menos que a nova oferta seja submetida a registro na CVM.

Cláusula Nona – DAS NOTIFICAÇÕES

9.1. Todos os documentos e as comunicações, que deverão ser sempre feitos por escrito, assim como os meios físicos que contenham documentos ou comunicações, a serem enviados por qualquer das partes nos termos desta Escritura de Emissão, deverão ser encaminhados para os seguintes endereços:

Para a Emissora:

EMPRESA AMAZONENSE DE TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A.

Rua Tenente Negrão, nº 166, sala A, Bairro do Itaim Bibi

CEP 04530-030 São Paulo – SP

At.: Sr. Marcelo Tosto de Oliveira Carvalho e Sr. Lauro Sérgio Vasconcelos David

Telefone: (11) 3382-8700

Fac-símile: (11) 3382-8776

Correio Eletrônico: diretoria@tbe.com.br

Para o Agente Fiduciário:

OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.

Avenida das Américas, nº 500, bloco 13, sala 205

CEP 22640-100 Rio de Janeiro – RJ

At.: Gustavo Dezouart e Monique Garcia

Telefone: (21) 3514-0000

Fac-símile: (21) 3514-0099

Correio Eletrônico: gustavo.dezouart@oliveiratrust.com.br e

ger3.agente@oliveiratrust.com.br



Para o Banco Liquidante:

ITAÚ UNIBANCO S.A.

Rua Ururai, nº 111 – Bloco B – Térreo, Tatuapé

CEP 03084-010 São Paulo – SP

At.: Luiz Petito

Telefone: (11) 2797-4441

Fac-símile: (11) 2797-3140

Correio Eletrônico: luiz.petito@itau-unibanco.com.br

Para o Escriturador Mandatário:

ITAÚ CORRETORA DE VALORES S.A.

Rua Ururai, nº 111 – Bloco B – Térreo, Tatuapé

CEP 03084-010 São Paulo – SP

At.: Luiz Petito

Telefone: (11) 2797-4441

Fac-símile: (11) 2797-3140

Correio Eletrônico: luiz.petito@itau-unibanco.com.br

Para a CETIP:

CETIP S.A. – MERCADOS ORGANIZADOS

Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 1.663, 4º andar, Jardim Paulistano

CEP: 01452-001 São Paulo – SP

At.: Gerência de Valores Mobiliários

Telefone: (11) 3111-1596

Fac-símile: (11) 3111-1564

Correio Eletrônico: valores.mobiliarios@cetip.com.br

9.2. As comunicações referentes a esta Escritura de Emissão serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com "aviso de recebimento" expedido pelo correio, ou por telegrama nos endereços acima. As comunicações feitas por fac-símile ou correio eletrônico serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado através de indicativo (recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente). Os respectivos originais deverão ser encaminhados para os endereços acima em até 02 (dois) Dias Úteis após o envio da mensagem. A mudança de qualquer dos endereços acima deverá ser comunicada imediatamente à outra parte pela parte que tiver seu endereço



alterado, observado que a parte que não cumprir com esta obrigação será responsável pelos prejuízos que der causa.

Cláusula Dez – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1. Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente Escritura de Emissão. Dessa forma, nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito, faculdade ou remédio que caiba ao Agente Fiduciário e/ou aos Debenturistas em razão de qualquer inadimplemento das obrigações da Emissora, prejudicará tais direitos, faculdades ou remédios, ou será interpretado como uma renúncia aos mesmos ou concordância com tal inadimplemento, nem constituirá novação ou modificação de quaisquer outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura de Emissão ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

10.2. A presente Escritura de Emissão é firmada em caráter irrevogável e irretratável, salvo na hipótese de não preenchimento dos requisitos relacionados na Cláusula Segunda supra, obrigando as partes por si e seus sucessores.

10.3. Caso qualquer das disposições desta Escritura de Emissão venha a ser julgada ilegal, inválida ou ineficaz, prevalecerão todas as demais disposições não afetadas por tal julgamento, comprometendo-se as partes, em boa-fé, a substituir a disposição afetada por outra que, na medida do possível, produza o mesmo efeito.

10.4. A presente Escritura de Emissão e as Debêntures constituem título executivo extrajudicial, nos termos do artigo 585, incisos I e II, do Código de Processo Civil, e as obrigações nelas encerradas estão sujeitas a execução específica, de acordo com os artigos 632 e seguintes, do Código de Processo Civil.

10.5. Esta Escritura de Emissão é regida pelas Leis da República Federativa do Brasil.

10.6. Os prazos estabelecidos na presente Escritura de Emissão serão computados de acordo com a regra prescrita no artigo 132 do Código Civil, sendo excluído o dia do começo e incluído o do vencimento.



PÁGINA DE ASSINATURAS DO "INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 3ª (TERCEIRA) EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM SÉRIE ÚNICA, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, COM ESFORÇOS RESTRITOS DE COLOCAÇÃO, DA EMPRESA AMAZONENSE DE TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A."

EMPRESA AMAZONENSE DE TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A.



Nome: Marcelo Tosto de Oliveira Carvalho
Cargo: Diretor Administrativo Financeiro



Nome: Lauro Sérgio Vasconcelos David
Cargo: Diretor Técnico Comercial



PÁGINA DE ASSINATURAS DO "INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 3ª (TERCEIRA) EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM SÉRIE ÚNICA, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, COM ESFORÇOS RESTRITOS DE COLOCAÇÃO, DA EMPRESA AMAZONENSE DE TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A."

EMPRESA AMAZONENSE DE TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A.



Nome: Marcelo Tosto de Oliveira Carvalho
Cargo: Diretor Administrativo Financeiro



Nome: Lauro Sérgio Vasconcelos David
Cargo: Diretor Técnico Comercial



PÁGINA DE ASSINATURAS DO "INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 3ª (TERCEIRA) EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM SÉRIE ÚNICA, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, COM ESFORÇOS RESTRITOS DE COLOCAÇÃO, DA EMPRESA AMAZONENSE DE TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A."

**OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS
S.A.**

Nome:
Cargo:

Marcelo Takeshi Yano de Andrade
Procurador

Nome:
Cargo:

Fernando Nunes Luis
Procurador



PÁGINA DE ASSINATURAS DO "INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 3ª (TERCEIRA) EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM SÉRIE ÚNICA, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, COM ESFORÇOS RESTRITOS DE COLOCAÇÃO, DA EMPRESA AMAZONENSE DE TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A."

Testemunhas:

1. Trindade

Nome: TELESSA CRISTINA TRINDADE

CPF: 166.307.418-62

2. Grasman

Nome: DANIEL GATTI GRASMAN

CPF: 337.963.078-09



SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO
ECONÔMICO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
JUNTA COMERCIAL DO ESTADO
DE SÃO PAULO
DEBÊNTURE
CERTIFICO O REGISTRO
SOB O NÚMERO: GISELA SIMIEMA CESCHIN
SECRETARIA GERAL

ED001367-5/000



JUCESP



ANEXO I ao "INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 3ª (TERCEIRA) EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM SÉRIE ÚNICA, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, COM ESFORÇOS RESTRITOS DE COLOCAÇÃO, DA EMPRESA AMAZONENSE DE TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A."

Cronograma de Amortização

N.º da Parcela	DATA	Percentual do Valor Nominal
1ª	17 de março de 2016	7,69%
2ª	17 de junho de 2016	7,69%
3ª	17 de setembro de 2016	7,69%
4ª	17 de dezembro de 2016	7,69%
5ª	17 de março de 2017	7,69%
6ª	17 de junho de 2017	7,69%
7ª	17 de setembro de 2017	7,69%
8ª	17 de dezembro de 2017	7,69%
9ª	17 de março de 2018	7,69%
10ª	17 de junho de 2018	7,69%
11ª	17 de setembro de 2018	7,69%
12ª	17 de dezembro de 2018	7,69%
13ª	17 de março de 2019	7,72%



ANEXO II ao "INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 3ª (TERCEIRA) EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM SÉRIE ÚNICA, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, COM ESFORÇOS RESTRITOS DE COLOCAÇÃO, DA EMPRESA AMAZONENSE DE TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A."

Cronograma de Pagamento da Remuneração

N.º da Parcela	DATA
1ª	17 de setembro de 2014
2ª	17 de dezembro de 2014
3ª	17 de março de 2015
4ª	17 de junho de 2015
5ª	17 de setembro de 2015
6ª	17 de dezembro de 2015
7ª	17 de março de 2016
8ª	17 de junho de 2016
9ª	17 de setembro de 2016
10ª	17 de dezembro de 2016
11ª	17 de março de 2017
12ª	17 de junho de 2017
13ª	17 de setembro de 2017
14ª	17 de dezembro de 2017
15ª	17 de março de 2018
16ª	17 de junho de 2018
17ª	17 de setembro de 2018
18ª	17 de dezembro de 2018
19ª	17 de março de 2019

